



**Processo nº:** 3.764/04 (2 volumes)  
**Interessado:** Agência de Águas e Saneamento do Distrito Federal - ADASA  
**Assunto:** Representação  
**Ementa:** Representações do Ministério Público. Outorga de uso de água subterrânea. Cobrança pelo uso de recursos hídricos. Inspeção propõe determinações a diversos órgãos, bem como, tendo em vista possível constatação de crime ambiental, seja feito o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Voto parcialmente convergente. O TCDF não detém competência para determinar aos seus jurisdicionados a instauração de processo disciplinar, que é matéria *interna corporis* da Administração.

Antes de se proceder à remessa de cópias dos autos ao MPDFT, convém conhecer as justificativas dos órgãos jurisdicionados.

## RELATÓRIO

Em exame as Representações de nºs 10/2004 (fls. 01/03), 06/2005 (fls. 07/09) e 07/2005 (fls. 18/20), do Ministério Público junto ao Tribunal, questionando a captação de água de forma descontrolada, via poços artesianos, em condomínios horizontais, bem como a utilização de água subterrânea por postos de combustíveis para lavagem de veículos, referindo-se, ainda, a irregularidades no uso de água pelos empreendimentos Flamingo Hotéis e Turismo Ltda. - Motel Flamingo e Rafan Empreendimentos Imobiliários Motel Colorado.

Ressalta a ICE que houve requerimento de autorização para a realização de inspeção (fl. 68), cuja demora seria devida à carga de trabalho imposta à Divisão de Acompanhamento da 3ª ICE. Informa que, em 2005, o processo foi distribuído para análise mas retornou sem instrução, em razão de outros trabalhos também prioritários e com prazos estabelecidos para o término. Desse modo, somente com a flexibilização conferida pela Resolução nº 182/07, que alterou a Resolução nº 169/04, teria sido possível instruir estes autos.

A instrução reporta-se a cada representação individualmente:

DA REPRESENTAÇÃO Nº 10/2004-DA



4. Por meio da Representação nº 10/2004 – DA (fls. 01/03), o MPC/DF noticiou o que se segue:

‘2. A captação de água de forma descontrolada e clandestina, por meio de perfuração de poços artesianos, em condomínios irregulares, não ligados à rede pública de abastecimento, tem causado escassez de água nessas áreas, além de graves danos ambientais. A Companhia de Saneamento do Distrito Federal – CAESB tem atendido esses loteamentos somente após a constatação do problema, fazendo ligações à rede pública em caráter de emergência.

3. A exemplo disso, foi publicada reportagem no jornal Correio Brasiliense em 25/10/2004, em anexo, noticiando que, após vários anos de exploração dos recursos hídricos, os poços de alguns condomínios secaram por completo. Ao tomar conhecimento da falta de água, a Companhia providenciou ligações de emergência para garantir o abastecimento de água nesses loteamentos.

4. Nota-se que a CAESB tem-se mantido à margem da questão do fornecimento de água nos referidos condomínios, adiando a adoção de medidas com vistas a implantar o sistema de abastecimento nas referidas áreas, deixando para fazê-lo somente quando o lençol freático e, conseqüentemente, o fornecimento de água já estão comprometidos.

(...)

8. Destaca-se, ainda, o Decreto nº 23.864/2003, que determinou à Secretaria de Infra-Estrutura e Obras e Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, por meio da CAESB, CEB e NOVACAP, que realizassem, no prazo de 90 dias, levantamento técnico-cadastral e de avaliação de infra-estrutura nos loteamentos não regularizados, a fim de verificar se a estrutura existente é compatível com a padronização legal, elaborando projetos e orçamentos de infra-estrutura necessários para adequação das normas legais.

9. Ainda que possa parecer contraditório a instalação da rede pública de água em assentamentos irregulares, dano maior pode ser causado com a degradação, ou mesmo, extinção dos mananciais de água, se a captação nesses assentamentos continuar sendo realizada de forma desordenada e sem reposição.

10. Desse modo, sendo a água bem de domínio público, dotado de valor econômico e essencial à vida, requer o Ministério Público:

I – a autuação do presente feito como representação;

II – a realização de estudos acerca das atividades da Companhia de Saneamento do Distrito Federal – CAESB, junto aos mananciais de água utilizados para fins de abastecimento.’

5. Cumpre ressaltar que, em 30.5.07, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT e o Governo do Distrito Federal celebraram o Termo de Ajustamento de Conduta nº 002/2007 (fls. 30/67), visando ajustar os procedimentos de regularização dos parcelamentos de solo para fins urbanos, implantados de forma irregular no Distrito Federal, bem como



promover as medidas de fiscalização e repressão destinadas a coibir grilagem de terras e a ocupação desordenada do solo distrital.

6. Entre as obrigações assumidas pelo Distrito Federal, via Termo de Ajustamento de Conduta nº 002/2007, destacamos as seguintes:

“CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Assume o Distrito Federal a obrigação de dar prioridade à regularização fundiária e urbanização das áreas ocupadas por população de baixa renda, devendo, para tanto, ser instituídas, no Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT, ou outra norma distrital especificamente destinada a tanto, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Nos licenciamentos urbanísticos, o Distrito Federal assume a obrigação de fazer consistente em exigir o cumprimento dos requisitos mínimos previstos na Lei nº 6.766/79, especialmente os seguintes:

(...)

Inciso II – instalação de infra-estrutura básica, consistentes nos equipamentos urbanos de escoamento de águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação;

(...)

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – Assumem o Distrito Federal, por intermédio de sua Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e a entidade ambiental licenciadora competente a obrigação de fazer consistente em, de forma integrada, no âmbito dos licenciamentos ambiental e urbanístico dos parcelamentos irregulares do solo:

(...)

Inciso IX – exigir a execução das obras de saneamento ambiental – redes de água, esgoto e drenagem pluvial – e implantação dos equipamentos públicos pertinentes em prazo não superior a 04 (quatro) anos, nos termos da Lei nº 6.766/79, contado a partir do registro imobiliário.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – Assumem o Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e o Instituto Brasília Ambiental a obrigação de fazer consistente em incluir nos Termos de Referência destinados a orientar os Estudos Prévios de Impacto Ambiental e Relatórios de Impacto Ambiental – EPIA/RIMA ou demais instrumentos de avaliação ambiental instituídos pela legislação pertinente, dos Setores Habitacionais passíveis de regularização e, no que lhes for aplicável, os estudos indicados para os parcelamentos irregulares do solo para fins urbanos implantados em áreas isoladas, além das exigências da Resolução CONAMA nº 001/86 e demais normas aplicáveis, as seguintes exigências e considerações:

Inciso I – delimitação, por meio de levantamento de campo ou imagens de sensoriamento remoto das áreas de preservação permanente – APP a serem desobstruídas e a proposta de Plano de



Recuperação de Área Degradada para a recuperação de APP e demais áreas degradadas em razão da implantação irregular do parcelamento;

Inciso II – indicação das áreas propícias à execução de obras de saneamento ambiental – redes de água, esgoto e drenagem pluvial;

(...)

Inciso IV – a indicação das técnicas de infiltração e/ou dissipação de energia adequadas a impedir o lançamento final das águas pluviais diretamente nos corpos hídricos, a perda da recarga de fontes de água subterrâneas, a lixiviação excessiva do solo e a formação de processos erosivos;

(...)

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – Assumem o Distrito Federal, por sua Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e o Instituto Brasília Ambiental a obrigação de fazer consistente em garantir que as Licenças de Instalação Corretivas expedidas para regularização dos parcelamentos do solo contenham, obrigatoriamente:

(...)

Inciso VII – a definição de medidas mitigadoras destinadas a minorar os impactos causados na bacia hidrográfica, na unidade de conservação de uso sustentável, ou outros espaços especialmente protegidos atingidos pela implantação irregular do setor habitacional ou o parcelamento do solo para fins urbanos isolado, notadamente:

Alínea a – a definição da recuperação de áreas de preservação permanente – APP;

Alínea b – a compatibilização com a manutenção de corredores ecológicos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA- Assumem o Distrito Federal, por intermédio de sua Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e o Instituto Brasília Ambiental a obrigação de fazer consistente em condicionar a expedição da Licença de Operação – LO dos parcelamentos irregulares do solo e dos respectivos Setores Habitacionais à execução de todas as obras de saneamento ambiental e ao cumprimento de todas as exigências e condicionantes estabelecidas na correspondente Licença de Instalação – LI.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA – Assumem o Distrito Federal, por suas Secretarias de Estado e demais entes públicos aqui representados pelos signatários deste termo a obrigação de fazer consistente em adequar, quando da renovação e se necessário, os Licenciamentos Ambientais e Urbanísticos de parcelamentos irregulares do solo e de Setores Habitacionais em curso aos parâmetros estabelecidos no presente Termo de Ajustamento de Conduta.”

Entende a Inspeção que, diante das cláusulas constantes no referido Termo de Ajustamento de Conduta nº 002/2007 e do acompanhamento da



questão pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, não haveria providências a serem adotadas por esta Corte de Contas.

A instrução prossegue o exame em relação à Representação nº 06/2005-DA:

8. Por intermédio da Representação nº 06/2005 – DA (fls. 07/09), o MPC/DF deu notícia dos seguintes fatos:

‘2. Veio ao conhecimento desta Procuradoria informação acerca de possíveis irregularidades relativas à cobrança pelo fornecimento da água destinada à lavagem de veículos em postos de combustíveis no Distrito Federal.

3. Com o intuito de apurar a veracidade das informações, foi encaminhado à CAESB o Ofício nº 08/2005-DA, cópia em anexo. Por meio da Carta nº 124/05-PRJ, a CAESB esclareceu que a maioria dos postos utiliza água proveniente de poços tubulares profundos, sendo competência da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH a fiscalização e outorga do direito de uso. Alegou, ainda, desconhecer qualquer irregularidade relativa à cobrança pelo fornecimento de água nesses estabelecimentos.

4. Solicitou-se então à SEMARH (Ofício nº 13/2005-DA, reiterado pelo Ofício nº 21/05-DA), os esclarecimentos pertinentes à outorga do direito de uso de água subterrânea e fiscalização no postos. Em resposta, o órgão informou que, com relação aos postos que utilizam água subterrânea para suas atividades, cujos processos de licenciamento ambiental tramitam na Secretaria, exige-se desde a sua implantação a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos e/ou Autorização de Perfuração de Poço Tubular, devendo ser emitidas por aquela Secretaria ou pela ADASA (Informação Técnica nº 051/2005 – GLINA/DILAM/SUMAM e Informação Técnica nº 001/2005 – DLMSH). Os postos que oferecem serviço de lavagem de veículo devem possuir também o licenciamento para esta atividade especificado em sua Licença de Operação.

(...)

6. Em que pese os esclarecimentos prestados pela CAESB e SEMARH acerca das exigências legais para uso de água subterrânea destinada à lavagem de veículos nos postos, há dúvidas no que tange à efetiva utilização e cobrança pelo uso da água nesses locais. Restam, portanto, outras questões a serem verificadas:

a) Todos os postos que utilizam água subterrânea possuem o documento de outorga?

b) Em caso afirmativo, há cobrança pelo uso da água?

c) Se negativo, quais providências adotadas pela SEMARH para que o fornecimento de água e a respectiva cobrança seja regularizado nesses locais, uma vez que, nos termos do art. 20 c/c o artigo 12 da Lei nº 9.433/97, a outorga de uso dos recursos hídricos deve ser onerosa?



d) Os postos estabelecidos em locais atendidos pela rede da CAESB utilizam água fornecida pela Companhia, ou usam água subterrânea?

e) Em caso de não usarem água da CAESB, qual o motivo?

f) No caso dos postos que não possuem processo de licenciamento ambiental tramitando na SEMARH, de que forma a Secretaria fiscaliza o uso da água?

(...)

8. Nestes termos, este membro do Ministério Público requer ao e. Plenário que:

I – tome conhecimento da presente Representação, determinando seu processamento em autos específicos;

II – autorize o Órgão Técnico a proceder as apuração junto aos órgãos fiscalizadores competentes, tais como SEMARH, CAESB e ADASA a fim de verificar quais medidas têm sido adotadas, com vistas a garantir que o fornecimento, a cobrança e a utilização da água sejam realizados em conformidade com as normas legais vigentes. (grifo nosso)

9. A Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF foi criada pela Lei nº 3.365, de 16.6.04, que, em seu artigo 3º, estabelece as seguintes competências:

‘Art. 3º Compete à ADASA/DF:

(...)

IV - outorgar o direito de uso de recursos hídricos em corpos de água de domínio do Distrito Federal e o aproveitamento de potenciais hidrelétricos, observado o disposto no Plano Distrital de Recursos Hídricos;

(...)

VI - regular, disciplinar e fiscalizar, com poder de polícia, o uso qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos nos corpos de água de domínio do Distrito Federal;

(...)

XVI - arrecadar e despesar o que lhe for próprio, os recursos advindos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, na forma prevista nos arts. 19 a 21, da Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001;”

10. Com relação à cobrança pela extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo, temos que a Lei nº 2.725, de 13.6.01, em seu artigo 19, assim determinou:

‘Art. 19. Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos à outorga, nos termos da Seção III desta Lei.’

11. Por outro lado, segundo o artigo 32, inciso VII, da Lei supracitada, compete ao Conselho de Recursos Hídricos estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos e **cobrança pelo uso de recursos hídricos.**



‘Art. 32. Compete ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal:

(...)

VII – estabelecer critérios gerais para a outorga de direitos e cobrança pelo uso de recursos hídricos.’

12. Em consulta no site da ADASA, obtivemos as Resoluções nos 833 e 774 (fls. 81/82 e 83/84), de 14.4.08 e 31.3.08, respectivamente, as quais, em seu artigo 6º, estabelecem que o direito de uso de recursos hídricos, objeto das outorgas, está sujeito à cobrança, nos termos dos artigos 18 a 21 da Lei nº 2.725/2001 e artigo 3º da Lei nº 3.365/2004.

13. Entretanto, o parágrafo único do artigo 6º, das Resoluções supracitadas, determina que o valor da cobrança de que trata o caput do artigo será fixado por ato da Diretoria Colegiada da ADASA, **tão logo sejam os critérios para a cobrança estabelecidos pelo Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal**, consoante o inciso VII, do artigo 32, da Lei nº 2.725/2001.

14. Em contato telefônico com o Sr. Diógenes Mortari, Superintendente de Outorga e Fiscalização de Recursos Hídricos da ADASA, confirmamos a situação acima descrita, ou seja, atualmente não existe a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Distrito Federal, em que pese a determinação em sentido contrário, contida no artigo 19, da Lei nº 2.725/2001.

15. Cumpre ressaltar que o Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH/DF é órgão de caráter deliberativo, normativo e executivo, com atuação no território do DF. Sua composição é formada por representantes de Secretarias de Estado do Governo Distrital, de órgãos do Poder Público e da sociedade civil.

16. Segundo o artigo 10, do Decreto nº 28.425 (fls. 168/174), de 8.11.07, que aprovou o Regimento do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal, a presidência do CRH/DF será exercida pelo Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal.

17. Por sua vez, o § único do artigo 10, supracitado, estabelece que nos impedimentos eventuais ou ausências do Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Distrito Federal, ou por sua delegação, o titular do IBRAM o substituirá em suas funções.

18. De acordo com o artigo 11, do Decreto nº 28.425/2007, o Secretário Executivo do CRH/DF é o Presidente do IBRAM.

19. Cabe observar que, consoante o artigo 14, do Decreto nº 28.425/2007, as competências da Secretaria-Executiva são as seguintes:

‘Art. 14. Compete à Secretaria-Executiva:

**I - coordenar administrativamente os serviços de apoio ao CRH/DF, às Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalhos existentes;**

**II - instruir processos e encaminhá-los ao Presidente;**

**III - elaborar a pauta das reuniões e os documentos que farão parte da reunião e apresentá-los para aprovação do Presidente;**



IV - promover convocações, elaborar relatórios das atividades do colegiado, decisões, deliberações, moções, degravações e atas;

**V - tomar as providências necessárias para realização das reuniões e sessões do Conselho;**

VI - remeter matérias às Câmaras Técnicas;

VII - prestar esclarecimentos solicitados pelos conselheiros ou membros dos órgãos colegiados;

VIII - encaminhar ou fazer publicar e manter arquivo de consulta das decisões emanadas dos colegiados; e

IX - executar outras atribuições que forem cometidas.” (grifo nosso)

20. Diante dos fatos, via Nota de Inspeção nº 3764/2004-01 (fl. 73), de 20.8.08, solicitamos ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal que informasse quais providências estão sendo adotadas para o estabelecimento de critérios gerais para a cobrança de recursos hídricos, conforme determina o artigo 32, inciso VII, da Lei nº 2.725/2001.

21. Em resposta, via Ofício nº 100.001.577/2008-PRESI/IBRAM (fl. 92), de 1.9.08, o presidente do IBRAM informou que ‘...o assunto consta da pauta de temas a serem discutidos por aquele Conselho.’

22. Conforme verificado no § 10 desta instrução (fl. 206), a Lei nº 2.725, de 13.6.01, estabeleceu a cobrança pelo uso da água no Distrito Federal, por intermédio do disposto no artigo 19, **observe-se que a lei não facultou a cobrança e sim fixou a sua obrigatoriedade.**

23. Apesar da determinação legal, temos que, decorridos mais de 7 (sete) anos de vigência da Lei nº 2.725/2001, bem como passados mais de 11 (onze) anos de vigência da Lei nº 9.433/1997, o Distrito Federal não realiza a cobrança pelo uso de recursos hídricos sujeitos à outorga em seu território.

24. As águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, são bens do Distrito Federal, e, conforme o artigo 1º da Lei nº 2.725/2001, trata-se de recurso natural de disponibilidade limitada e dotado de valor econômico. Nesse sentido, é de fundamental importância o pagamento pelo uso dos recursos hídricos, favorecendo a utilização racional por aqueles que dela necessitam, de forma a inibir o seu desperdício, contribuindo para a preservação do meio ambiente às gerações futuras.

25. Ademais, de acordo com o artigo 21 da Lei supracitada, os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados e serão utilizados:

a) no financiamento de estudos, programas, projetos, obras e serviços incluídos nos Planos de Recursos Hídricos;

b) no pagamento de despesas de implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Distrito Federal.

REPRESENTAÇÃO Nº 07/2005-DA



26. Por intermédio da Representação nº 07/2005 – DA (fls. 18/20), o MPC/DF noticiou os seguintes fatos:

‘2. Este membro do Parquet tomou conhecimento da ocorrência de possíveis irregularidades relativas à cobrança pelo fornecimento da água utilizadas pelos motéis Flamingo e Colorado.

3. Atendendo à solicitação contida no Ofício nº 08/2005 – DA, a CAESB esclareceu, por meio da Carta nº 124/05-PRJ, que os referidos motéis situam-se em local desprovido de redes, razão pela qual não possuem ligações de água e esgoto junto à Companhia. Salientou, ainda, que os motéis atendidos pela CAESB dão prioridade à água proveniente de poços tubulares, frisando, contudo, que desconhece a fonte de abastecimento dos motéis em questão.

4. Dando continuidade às apurações, esta Procuradoria requereu à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH informações a respeito da outorga do direito de uso de água subterrânea e fiscalização nos motéis Flamingo e Colorado (Ofício nº 13/2005-DA, reiterado pelo Ofício nº 21/05-DA). Em atendimento, a SEMARH noticiou que o Motel Flamingo Possui Licença de Operação para Posto de Combustíveis, Autorização Ambiental para perfuração de poços tubulares e já requereu Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, destacando que não há irregularidades relativas ao fornecimento de água e esgotamento sanitário do citado estabelecimento. Já o Motel Colorado possui Licença de Operação para implantação de esgotamento sanitário, porém, quanto ao Licenciamento Ambiental para lavagem de veículos, o processo encontra-se em análise da GLINA.

5. Restou informar, todavia, se os estabelecimentos possuem de fato o documento que autoriza o uso de água subterrânea e se está sendo realizada a devida cobrança. Nota-se, portanto, que não foram esclarecedoras as informações prestadas pela Secretaria, na medida em que não ficou evidenciado se os empreendimentos satisfizeram os requisitos legais estabelecidos para obtenção da outorga do direito de uso de água.

6. Há, portanto, alguns itens que merecem ser examinados pelo controle externo:

a) Se o Motel Flamingo ainda não possui a Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, pois o mesmo encontra-se em fase de requerimento, qual é de fato o documento que o autoriza a utilizar água subterrânea, já que a SEMARH afirma não haver irregularidades com relação ao fornecimento da água do citado estabelecimento?

b) Tem sido efetuada a cobrança pelo uso da água nesse local?

c) O Motel Colorado possui o documento exigido para uso de água subterrânea?

d) Em caso afirmativo, há cobrança pelo uso de água?

e) Se negativo, quais providências adotadas pela SEMARH para o fornecimento de água e a respectiva cobrança seja regularizado nesses locais, uma vez que, nos termos do art. 20 c/c o artigo 12 da



Lei nº 9.433/97, a outorga de uso dos recursos hídricos deve ser onerosa?

7. Assim, sendo a água bem de domínio público, dotado de valor econômico, faz-se necessária a atuação do Poder Público, para que sejam esclarecidas as dúvidas levantadas, com vistas a garantir a utilização racional desse recurso natural limitado.

8. Nestes termos, este membro do Ministério Público requer ao e. Plenário que:

I – tome conhecimento da presente Representação, determinando seu processamento em autos específicos;

II – autorize o Órgão Técnico a proceder as apurações junto aos órgãos fiscalizadores competentes, tais como SEMARH, CAESB e ADASA a fim de verificar quais medidas têm sido adotadas, com vistas a garantir que o fornecimento, a cobrança e a utilização da água sejam realizados em conformidade com as normas legais vigentes.'

27. Em relação à cobrança pelo uso da água, não teceremos comentários, haja vista o discutido nos §§ 10/25 desta instrução (fls. 206/209).

28. Em contato telefônico com o Sr. Diógenes Mortari, Superintendente de Outorga e Fiscalização de Recursos Hídricos da ADASA, fomos informados que a Agência Distrital iniciou a emissão de outorga para uso de águas subterrâneas a partir do ano de 2005, e que os processos de outorga recebidos da SEMARH estabeleciam a vigência de 1 (um) ano para o uso dos recursos hídricos.

29. Atualmente, a Resolução/ADASA nº 350, de 23.6.06, fixou o prazo da outorga do direito de uso dos recursos hídricos em até 10 (dez) anos, à exceção de concessionárias de serviço público, *in verbis*:

'Art. 4º Constituem as modalidades de outorga, sempre previamente ao uso:

(...)

II - outorga do direito de uso dos recursos hídricos – aplicada ao uso de água superficial e subterrâneo, pelo prazo de até 25 (vinte e cinco) anos à concessionária de serviço público de saneamento básico, e pelo prazo de até 10 (dez) anos a todos os demais usuários, renováveis, a critério da ADASA/DF;'

30. Tendo em vista que as outorgas expedidas no ano de 2004 tiveram sua validade expirada no ano de 2005, via Nota de Inspeção nº 3764/2004-02 (fl. 74), solicitamos à Agência Reguladora de Águas e Saneamento do DF as seguintes informações: relação de outorgas prévias e para uso de águas subterrâneas, por meio de poços tubulares, concedidas, a partir de 2004, para postos de combustíveis, com os respectivos prazos de validade, bem como a vazão diária da captação.

31. Em resposta, a ADASA protocolou nesta Corte de Contas o Ofício nº 001/2008-GAB/ADASA (fl. 85) e anexo (fls. 86/91), contendo uma relação de 82 (oitenta e duas) outorgas (prévias e de uso de águas subterrâneas) para postos de abastecimento de combustíveis.



32. Diante da ausência de informações sobre os empreendimentos em análise nestes autos, questionamos à ADASA a existência de outorga prévia e/ou outorga para o uso de águas subterrâneas, por meio de poços tubulares, concedidas pela SEMARH/ADASA, das empresas:

a) Flamingo Hotéis e Turismo Ltda. (Motel Flamingo);e

b) Rafan Empreendimentos Imobiliários (Motel Colorado).

33. Por intermédio do Ofício nº 003/2008-GAB/ADASA (fl. 93), de 3.9.08, a ADASA informou que não consta, em seu banco de dados, registros de requerimento de outorga de direito de uso de recursos hídricos subterrâneos para as empresas em tela.

34. Diante da informação supracitada, concentramos os trabalhos nos processos relativos à outorga e ao licenciamento ambiental dos empreendimentos objetos destes autos:

Empreendimento	Processo nº	Assunto	Modalidade
Flamingo Hotéis e Turismo Ltda. - Motel Flamingo	191.000.586/1997	Outorga	Perfuração de poço tubular e captação de água subterrânea
	190.000.136/2004	Outorga	Perfuração de poço tubular e captação de água subterrânea
Flamingo Combustíveis e Lubrificantes	191.000.574/1997	Licenciamento ambiental	Atividade de posto revendedor de combustíveis, lavagem e lubrificação de veículos
Rafan Empreendimentos Imobiliários – Motel Colorado	191.000.632/1996	Licenciamento ambiental	Implantação de sistema de esgotamento sanitário
	191.000.633/1996	Licenciamento ambiental	Licença de operação
Gasol Combustíveis Ltda. - Posto Colorado	190.000.537/2003	Licenciamento ambiental	Atividade de posto revendedor de combustíveis, lavagem e lubrificação de veículos

#### PROCESSO Nº 191.000.586/1997

35. Trata-se de solicitação de outorga para utilização de recursos hídricos efetuada pela empresa Flamingo Hotéis e Turismo Ltda., CNPJ 03.115.923/0001-87, localizada no Setor de Postos e Motéis EPIA/Norte, Lote 4, BR 020, sentido Plano Piloto-Sobradinho.

36. Em 1.9.97, a Sra. Maria José Petrucci Ribeiro, representante legal do empreendimento, solicitou a licença prévia para perfuração de poço tubular (fl. 95).

37. O Instituto de Ecologia e Meio Ambiente do Distrito Federal – IEMA concedeu a Licença Prévia nº 399 (fl. 96), em 30.10.97.



38. Posteriormente, em 28.10.98, o representante legal<sup>7</sup> da empresa Flamingo Hotéis e Turismo Ltda. requereu Licença de Instalação e, em 8.3.01, solicitou a outorga de direito de uso de recursos hídricos (fls. 101/102).

39. Houve uma primeira vistoria nas instalações do poço, em 9.6.01, concluindo-se pela regularidade, conforme Parecer Técnico nº 050/DOCLF-SEMARH (fls.176/177). Porém a outorga não foi concedida, retornando o processo para reavaliação.

40. Em 27.5.07, o representante legal da empresa Flamingo Hotéis e Turismo Ltda., novamente, solicitou a outorga de direito de uso de recursos hídricos (fls.178/180).

41. O Parecer Técnico, de 21.7.03, da Diretoria de Outorga e Licenciamento de Recursos Hídricos da SEMARH, acostado às fls. 103/105, foi contrário à concessão da outorga nos seguintes termos:

‘Quando da vistoria, foi verificado que o poço está perfurado, dentro de instalações do Posto, especificamente no piso de uma das salas que funciona atividade de escritório (vide quadro de fotos), em situação que contraria as normas da ABNT nº 588 e 1290, as quais são as normas citadas nas leis e decretos que regem os condicionamentos de outorga do uso de recursos hídricos, particularmente na modalidade de água subterrânea. (Decreto nº 2.725, de 13/06/2001).

(...)

Baseado no que é apresentado aqui, não recomendo a outorga deste poço, nas condições que se encontra, haja vista que estas condições contrariam as normas estabelecidas por esta secretaria para outorga de uso de água subterrânea. Entretanto, devo esclarecer que não vejo eminência de contaminação do aquífero, em função da não observância dos itens citados, sobretudo se for adotado um sistemático e rigoroso monitoramento ambiental da área onde está inserido o poço.’

42. Via Ofício nº 017/2004-GAB/SURHI (fl. 106), de 21.1.04, a SEMARH informou ao representante do empreendimento que ‘...devido a inconformidade da construção do poço do Posto e Motel Flamingo, solicitamos o imediato tamponamento do mesmo e a solicitação da perfuração de novo poço em outra localidade respeitando os dispositivos e normas da ABNT, conforme o parecer da área técnica da Diretoria de Outorga, Cobrança, Licenciamento e Fiscalização de Recursos Hídricos – DOCLF’.

43. Em 20.7.04, o empreendimento solicitou à SEMARH uma nova análise sobre o procedimento de licenciamento em tela (fls. 107/114).

44. Após análise dos dados apresentados no documento supracitado, a SEMARH, via Ofício nº 362/2004-GAB/SURHI (fl. 115), de 18.11.04, informou à empresa Flamingo Hotéis e Turismo Ltda.:

‘..., constatamos que não houve alteração quanto à negativa anterior, pois o poço perfurado continua não atendendo as especificações mínimas, impossibilitando a manutenção do mesmo. Acrescido a isto,



a análise de água apresentada contém inconformidade quanto ao parâmetro amônia, que indica possível contaminação.

Portanto para garantir a segurança e a integridade física dos usuários desta água, não recomendamos a utilização do mesmo e exigimos o imediato tamponamento, haja visto que outro poço foi autorizado para suprir esta necessidade.'

45. A fiscalização da SEMARH realizou vistoria no local (fl. 116), em novembro/2005, e constatou o tamponamento do poço em tela, informando que o empreendimento requereu nova autorização para perfuração de poço tubular profundo – Processo nº 190.000.136/2004 e sugeriu o arquivamento dos autos.

#### PROCESSO Nº 190.000.136/2004

46. Trata-se de solicitação de outorga para utilização de recursos hídricos realizada pela empresa Flamingo Hotéis e Turismo Ltda. (fls. 117/118), CNPJ 03.115.923/0001-87, localizada no Setor de Postos e Motéis EPIA/Norte, Lote 4, BR 020, sentido Plano Piloto-Sobradinho.

47. A SEMARH, via Autorização Ambiental Para Perfuração de Poço Tubular nº 011/2004 (fl. 119), de 21.5.04, autorizou a perfuração do poço tubular.

48. Em 3.3.05, o representante legal do empreendimento Flamingo Hotéis e Turismo Ltda. (fl. 120) solicitou a outorga de direito de uso de recursos hídricos para a modalidade: captação de água subterrânea.

49. Compulsando os autos, não localizamos o documento que comprove a concessão da outorga acima mencionada.

50. Cumpre observar que, a partir de 16.6.04, consoante a Lei nº 3.365/2004, a competência para outorga de direito de uso de recursos hídricos cabia à ADASA.

51. No processo, consta cópia da Licença de Operação nº 114/2005 (fl. 121), de 28.4.05, por meio da qual a SEMARH autorizou a operação de posto revendedor de combustíveis, lavagem e lubrificação de veículos<sup>8</sup>, para a empresa em tela, com prazo de validade de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contudo, a referida Licença não é documento hábil para a utilização de recursos hídricos por particulares.

#### PROCESSO Nº 191.000.574/1997

52. Trata-se de licenciamento ambiental para atividade de posto revendedor de combustíveis, lavagem e lubrificação de veículos, requerido pela empresa Flamingo Combustíveis e Lubrificantes S/A, CNPJ 04.711.846/0001-90, localizada no Setor de Postos e Motéis EPIA/Norte, Lote 4, BR 020, sentido Plano Piloto-Sobradinho.

53. Em 12.7.06, o representante legal do empreendimento solicitou a renovação da Licença de Operação nº 114/2005 (fls. 127/128).

54. A SEMARH, via Licença de Operação (Renovação) nº 277/2006 (fl. 129), de 21.12.06, autorizou a operação da atividade de posto revendedor de combustíveis, lavagem e lubrificação de veículos fundamentada no Parecer Técnico nº 136/2006-GLAST/DILAM/SUMAM (fls. 130/132),



referente à vistoria realizada em 20.12.06, que apontou pela regularidade do empreendimento após análise da documentação e vistoria do local.

55. O Sr. Alceu de Souza Rocha Filho, servidor da SEMARH, à época, e atualmente lotado na Subsecretaria do Meio Ambiente – SUMAM, Órgão da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA, informou que o processo encontrava-se com toda documentação exigida para a fase do licenciamento (fl. 132).

56. Entretanto, a Resolução nº 273, de 29.11.00, que estabelece diretrizes para o licenciamento ambiental de postos de combustíveis e serviços, em seu artigo 5º, II, *in verbis*, determina que, para a emissão de licença de operação, o órgão ambiental competente exigirá os seguintes documentos, entre outros:

- atestado de vistoria do corpo de bombeiros;
- registro do pedido de autorização para funcionamento na Agência Nacional de Petróleo – ANP.

‘Art. 5º O órgão ambiental competente exigirá para o licenciamento ambiental dos estabelecimentos contemplados nesta Resolução, no mínimo, os seguintes documentos:

(...)

II - Para a emissão de Licença de Operação:

(...)

c) atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros;

(...)

e) registro do pedido de autorização para funcionamento na Agência Nacional de Petróleo-ANP;’

57. Acontece que, compulsando os autos, não encontramos os documentos acima listados, os quais são necessários para a emissão da licença de operação.

58. Diante disso, por intermédio da Nota de Inspeção nº 3764/2008-08 (fl. 183), de 30.9.08, solicitamos ao IBRAM os referidos documentos.

59. Em resposta, no dia 16.10.08, via Ofício nº 100.001.971/2008-PRESI/IBRAM (fl. 199), de 10.10.08, a autarquia encaminhou ao Tribunal cópia da Informação Técnica nº 354/2008-GELAM/DILAM/SULFI (fl. 200), de 2.10.08, a qual noticiou:

‘Informo que não constam no processo o atestado de vistoria do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) e o registro de posto revendedor de combustíveis da Agência Nacional do Petróleo (ANP), conforme observado pelo TCDF. Ocorreu um equívoco no parecer técnico nº 136/2006 – GLAST/DILAM/SUMAM com relação a existência de tal documentação.

Em consulta feita a representante do empreendimento, Srª Suely dos Santos Sá, no dia 01 de setembro de 2008, nos foi informado que os documentos já estão sendo providenciados dependendo apenas da disponibilidade do Corpo de Bombeiros para realizar a vistoria no



local, mas que dentro de, aproximadamente, 07 (sete) dias úteis a documentação estará protocolada neste Instituto para ser anexada ao referido processo.'

60. Cabe observar que a vistoria realizada no empreendimento (item II, 13, do Parecer Técnico nº 136/2006-GLAST/DILAM/SUMAM) constatou que o abastecimento de água era realizado por poço tubular.

61. Segundo o § 1º, do artigo 10, da Resolução CONAMA nº 237/97, in verbis, nos procedimentos de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a outorga para o uso da água, emitida pelos órgãos competentes.

'Art. 10. O procedimento de licenciamento ambiental obedecerá às seguintes etapas:

(...)

§ 1º No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da Prefeitura Municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo e, quando for o caso, a autorização para supressão de vegetação e a outorga para o uso da água, emitidas pelos órgãos competentes.' (grifo nosso)

62. Contudo não localizamos nos autos a referida outorga para o uso da água subterrânea pelo empreendimento.

63. Os fatos apontados nos §§ 54/62 desta instrução (fls. 214/216), caracterizam, em tese, o crime previsto no artigo 66, da Lei nº 9.605, de 12.2.98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, in verbis:

'Art. 66. Fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental.

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.'

64. Dessa forma, deve-se encaminhar cópia destes autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT para conhecimento e adoção de providências que entender pertinentes.

PROCESSO Nº 191.000.632/1996

65. Trata-se de licenciamento ambiental para implantação de sistema de esgotamento sanitário na empresa Rafan Empreendimentos Imobiliários – Motel Colorado, localizado no Setor de Postos e Motéis Norte – SPM/N, EPIA, Lote 01, Conjunto "A", BR 020.

66. O último licenciamento concedido para o empreendimento em tela, Licença de Operação nº 174/2006 (fl. 135), de 30.8.06, teve prazo de validade estabelecido em 730 (setecentos e trinta) dias. Esse prazo expirou-se em 30.8.08.

PROCESSO Nº 191.000.633/1996

67. Trata-se de solicitação de licenciamento ambiental realizado pelo empreendimento localizado no Setor de Postos e Motéis Norte – SPM/N, EPIA, Lote 01, Conjunto "A", BR 020.



68. Em 22.8.96, o representante legal da empresa Rafan Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Motel Colorado), CNPJ 00.652.875/0001-78, requereu a licença de operação do estabelecimento (fl. 136).

69. Sem que houvesse a manifestação por parte do órgão ambiental competente para a expedição do licenciamento, o processo foi arquivado (fls. 137/138), sob a alegação de existência de outro processo para o assunto.

70. O Processo em questão é o de número 190.000.537/2003 e será tratado no tópico a seguir.

#### PROCESSO Nº 190.000.537/2003

71. Trata-se de licenciamento ambiental para atividade de posto revendedor de combustíveis, lavagem e lubrificação de veículos, requerido pela empresa Gasol Combustíveis Automotivos Ltda. - Posto Colorado, CNPJ 00.603.738/0003-05, localizada no Setor de Postos e Motéis Norte-SPMN, Lote 01, Conjunto "A", BR 020, Sobradinho.

72. Em 17.10.01, o representante legal da empresa solicitou a licença de operação para o empreendimento (fl. 139 – anverso e verso). Não houve manifestação definitiva pela SEMARH, então, posteriormente, em 11.6.03, o requerimento foi recebido na Diretoria de Licenciamento e Fiscalização de Meio Ambiente – DFLMA, que deu prosseguimento ao pedido (fl. 139 – anverso).

73. Diante da ausência de documentos necessários à análise do pedido de licenciamento, via Ofício nº 893/2003 – GAB/SUMAM (fl. 181), de 9.12.03, foi solicitado ao representante da empresa Gasol Combustíveis Automotivos Ltda. o envio da mesma para subsidiar o prosseguimento da análise.

74. Após o cumprimento do pedido formulado no Ofício supracitado, o processo foi encaminhado ao setor competente para análise e manifestação em 14.06.05 (fl. 182), quase 18 meses depois da solicitação da SEMARH.

75. A Informação Técnica nº 145/2005-GLINA/DILAM/SUMAM (fls. 140/142) relatou a ausência de documentos solicitados, bem como as impropriedades observadas em vistoria realizada em 5.9.05, destacando-se:

- a) utilização de água de poço tubular profundo sem a devida outorga de direito de uso de recursos hídricos;
- b) as bocas de descarga dos tanques e as bombas não estavam dotadas de câmaras de contenção em polietileno – PEAD;
- c) ausência de descarga selada à distância;
- d) ausência de boca de visita dos tanques; e
- e) suspiros localizados sobre a cobertura da pista de abastecimento.

76. O Parecer supracitado sugeriu que, antes de qualquer decisão da SEMARH, a CAESB fosse ouvida sobre a conveniência do funcionamento do empreendimento no local, em face da proximidade do reservatório da Companhia para abastecimento de Taquari.



**‘Caso a CAESB não faça restrições à permanência do empreendimento no local** e considerando o longo tempo de funcionamento do posto e que o mesmo não atende às especificações técnicas para a classificação que apresenta conforme as Normas da ABNT (classe 2), sugerimos que o empreendedor seja orientado a requerer Licença de Instalação, com o objetivo de realizar uma reforma geral no posto, apresentando, num prazo máximo de 120 dias, a seguinte documentação:

- Requerimento de Licença de Instalação (modelo padrão da SEMARH);
- Comprovante de pagamento do preço de análise do processo de LI;
- Publicação do requerimento de LI no DODF e em jornal de grande circulação;
- Plano de Reforma e cronograma de execução de obras;
- Estudo ambiental, incluindo Pesquisa de Vapores Orgânicos no Solo – VOC;
- Conjunto completo das plantas do projeto de instalações (planta baixa, cortes, fachadas, eletricidade, telefone, sistema contra incêndio etc.);
- Projeto hidrossanitário incluindo dois sistemas separadores de água e óleo de acordo com as normas da CAESB: um para atender a pista de abastecimento e a área de troca de óleo e outro para atender a área de lavagem de veículos;
- Procedimentos para remoção e descarte de tanques subterrâneos.

Deve ainda o interessado requerer Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, junto à Agência Distrital de Água e Saneamento - ADASA, para poço tubular profundo perfurado no local.

Cabe lembrar, que todas as instalações deverão obedecer às normas técnicas estabelecidas pela ABNT e legislação específica vigente.

Caso não sejam adotadas as providências propostas no prazo determinado, a atividade deverá ser interdita e o responsável deverá ser punido com a penalidade de multa conforme legislação ambiental vigente.’ (grifo nosso)

77. O processo foi encaminhado à CAESB que informou não existirem restrições quanto à permanência do posto de combustível no local (fls. 143/148).

78. Nos autos não se verificam projetos de reforma do posto ou requisição de nova licença de instalação como proposto na Informação Técnica nº 145/2005-GLINA/DILAM/SUMAM.

79. No entanto, novo parecer foi elaborado, Parecer Técnico nº 072/2006-GLINA/DILAM/SUMAM (fls. 151/153), de 30.8.06, subscrito pelo Sr. Nestor José dos Santos Filho, servidor do IBRAM, atualmente lotado na Gerência de Licenciamento Ambiental e dos Recursos Hídricos – GELAM, assim noticiando sobre a vistoria realizada no local:

‘4. VISTORIA



Em vistoria realizada no dia 22/02/2006 foram constatados os seguintes equipamentos, serviços e sistemas instalados no local:

(...)

na área de abastecimento de álcool e gasolina, há 06 ilhas com 01 unidade em cada, todas as unidades com 02 bicos injetores e com contenção sob a sua base do tipo caixa de areia;

todas as descargas seladas estão instaladas sobre os seus respectivos tanques com contenção do tipo caixa de areia;' (grifo nosso)

80. O documento supracitado foi favorável à concessão da licença de operação e informou que: 'Durante a vistoria constatou-se a ausência de câmaras de contenção em polietileno de média densidade nas descargas seladas, contudo estas estão com contenção em alvenaria e instaladas à época de acordo com as normas vigentes, contudo as normas atuais da Associação de Normas Técnicas – ABTN exige este equipamento para todas as classes de postos, onde apenas sua adequação não compromete a operação do empreendimento, ...'.

81. O Parecer Técnico nº 072/2006-GLINA/DILAM/SUMAM também **informou que o interessado apresentou toda a documentação mínima exigida para o licenciamento ambiental, contudo ressaltou que o poço tubular profundo teve sua outorga providenciada.**

82. Cumpre ressaltar que constam nos autos os seguintes documentos:

a) requerimento de outorga de direito de uso de recursos hídricos solicitado à SEMARH pelo representante legal da empresa Gasol Combustíveis Automotivos Ltda. (fl. 149), de **14.7.03**;

b) carta da empresa Engepoços (fl. 150), endereçada ao Grupo Gasol, informando que visitou a ADASA, **no dia de 17.2.06**, para providenciar as renovações das outorgas.

83. Entretanto, o posto localizado no Setor de Postos e Motéis Norte-SPMN, Lote 01, BR 020, da empresa Gasol Combustíveis Automotivos Ltda., não consta na listagem de outorgas concedidas pela ADASA a postos de combustíveis, a partir de 2004, para uso de águas subterrâneas por meio de poço tubular (fls. 86/91).

84. Conforme discutido no § 61 desta instrução (fl. 216), o § 1º, o artigo 10, da Resolução CONAMA nº 237 (fls. 122/126), de 22.12.97, que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, estabelece que nos procedimentos de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a outorga para o uso da água, emitida pelos órgãos competentes.

85. Com base no Parecer Técnico nº 072/2006-GLINA/DILAM/SUMAM, via Licença de Operação nº 188/2006 (fl. 154), de 6.11.06, a SEMARH autorizou a operação de posto de abastecimento de combustíveis, lavagem e lubrificação de veículos para o empreendimento, por 4 (quatro) anos corridos.

86. Os fatos apontados nos §§ 72/85 desta instrução (fls. 217/219), caracterizam, em tese, o crime previsto no artigo 669, da Lei nº 9.605, de



12.2.98, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

87. Dessa forma, deve-se encaminhar cópia destes autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT para conhecimento e adoção de providências que entender pertinentes.

88. Em 14.11.06, o representante legal do posto de combustível requereu a licença de instalação (fl.155), acrescentando às atividades do empreendimento “Lubrificação de Veículos, GLP e Loja de Conveniência”.

89. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – SEDUMA concedeu a Licença de Instalação nº 036/2007 (fl. 156), em 19.7.07, por um período de 4 (quatro) anos.

90. A Licença de Instalação nº 036/2007 estabeleceu as seguintes exigências:

a) instalação de equipamentos de proteção contra vazamento, derramamento e transbordamento de combustível de acordo com a norma técnica NBR 13.786/2005 da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, para a classe de posto referenciada;

b) as canaletas e contenção da área de abastecimento lavagem e lubrificação deverão estar protegidas da ação direta das águas pluviais.

91. Via carta (fl. 157), datada de 24.7.07, o empreendimento alegou que para o atendimento das exigências ambientais seria obrigado a interromper suas atividades por, pelo menos, 120 (cento e vinte) dias, e solicitou o funcionamento parcial do posto de combustível.

92. Em 26.8.07 (fl. 158), a empresa requereu ao IBRAM a celebração de Termo de Compromisso, com base no artigo 79-A, da Lei nº 9.605, de 12.2.98, in verbis, com o intuito de funcionamento parcial do posto de combustível durante o cumprimento das exigências contidas na Licença de Instalação nº 036/2007.

‘Art. 79-A. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, os órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, responsáveis pela execução de programas e projetos e pelo controle e fiscalização dos estabelecimentos e das atividades suscetíveis de degradarem a qualidade ambiental, ficam autorizados a celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores.’

93. **Em 5.10.07**, foi celebrado o Termo de Responsabilidade Técnica e Compromisso nº 014/2007 (fls. 159/163) entre o IBRAM e a empresa Gasol Combustíveis Automotivos Ltda.

94. Tanto o requerimento quanto o Termo de Responsabilidade Técnica e Compromisso nº 014/2007 indicam o CNPJ 00.038.505/0001-45 como sendo da empresa Gasol Combustíveis Automotivos Ltda., entretanto, o CNPJ correto do estabelecimento é 00.603.738/0003-05 (fls. 164/165).



95. Tal fato não tem o condão de invalidar o Termo de Responsabilidade Técnica e Compromisso nº 014/2007, que inclusive teve seu extrato publicado no Diário Oficial do Distrito Federal – DODF, em 28.8.08 (fl. 166), entretanto entendemos que o Tribunal possa determinar ao Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as providências cabíveis para a correção da impropriedade e encaminhe a documentação comprobatória a esta Corte de Contas.

96. De acordo com a Cláusula Primeira do documento supracitado, a empresa Gasol Combustíveis Automotivos Ltda. se obrigou a adotar as seguintes medidas, entre outras:

a) apresentação do resultado da investigação ambiental para os perfis de compostos orgânicos voláteis – VOC, a ser realizado por empresa devidamente habilitada e registrada nos órgãos competentes, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;**

b) apresentação do resultado da investigação de passivo ambiental, com análise da presença de BTEX (benzeno, tolueno, etilbenzeno e xilenos) e HPA (hidrocarbonetos poli-anelares) no solo e na água, conforme exigência prevista na alínea “g”, do inciso II, do art. 5º, da Resolução CONAMA nº 273/2000, a ser realizado por empresa devidamente habilitada e registrada nos órgãos competentes, **no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.**

97. Compulsando os autos não localizamos documentos que comprovem o cumprimento das obrigações acima listadas pelo empreendimento, à exceção de análise da presença de BTEX na água (fl. 167).

98. Cabe destacar que a Cláusula Terceira do Termo de Responsabilidade Técnica e Compromisso nº 014/2007 estabelece que no caso de descumprimento de qualquer das condições acordadas no ajuste em questão, aplicar-se-á multa correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da obra, bem como o cancelamento automático do acordo e a interdição total do estabelecimento.

#### VISITA *IN LOCO*

99. No intuito de obter elementos necessários para a conclusão dos trabalhos, solicitamos à ADASA a realização de visita *in loco*, na companhia de técnicos da autarquia, aos empreendimentos em tela.

100. Em 2.10.08, fomos aos estabelecimentos acompanhados dos Srs. Adriano Mendonça de Oliveira, Fiscal, e Plínio José de Aguiar Grossi, Coordenador de Fiscalização, onde constatamos o que se segue:

101. No endereço - Setor de Postos e Motéis Norte – SPMN, EPIA, Lote 4, BR 020, Sobradinho, funcionam 2 (dois) empreendimentos: “Flamingo Hotéis e Turismo Ltda. - Motel Flamingo” e ‘Flamingo Combustíveis e Lubrificantes S/A’.

102. Cumpre ressaltar que no posto de combustível funciona um shopping com várias lojas.

103. Existe um poço tubular nas instalações do Motel Flamingo (fls. 195/196) que abastece os dois estabelecimentos supracitados e o shopping. Em conversa com a Sra. Elza Maria Alves Bezerra, Gerente do motel, foi comunicado que o local não é atendido por rede pública de abastecimento



de água e que o motel e o shopping utilizam a água do poço tubular para consumo humano.

104. Entretanto, em contato telefônico, a mencionada Senhora, no dia 8.10.08, informou que a CAESB fez a ligação de água no local no mês de setembro de 2008. Diante da notícia, fomos até o empreendimento e constatamos a ligação da rede de abastecimento de água (fl. 198).

105. Durante a visita, os servidores da ADASA solicitaram à Gerente do motel a apresentação da outorga de uso de recursos hídricos, que autoriza a utilização da água subterrânea. O documento não foi exibido.

106. Cumpre ressaltar que o artigo 12, § 1º, *in verbis*, do Decreto nº 22.358, de 31.8.01, que dispõe sobre a outorga de direito de uso de água subterrânea no Distrito Federal, estabelece que a utilização de água subterrânea para consumo humano (alimentação, higiene e limpeza), por meio de poços tubulares, somente será permitida em locais não atendidos pela rede pública de abastecimento de água.

‘Art. 12 - Em áreas não assistidas pela rede pública de abastecimento de água, caberá à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos decidir quanto à concessão da autorização para perfuração de poço tubular e/ou a outorga de direito de uso de água subterrânea, independente do uso pretendido.

§ 1º - A utilização de água subterrânea para o consumo humano (alimentação, higiene e limpeza) através de poços tubulares, poços amazonas/cisternas/poços escavados/cacimbas, ou mananciais próprios, somente será permitida a título precário, em locais não atendidos pela rede pública de abastecimento de água, constituindo-se solução provisória.’

107. Conforme verificado no Processo nº 191.000.586/1997 (fls. 212/213), a SEMARH determinou o tamponamento do poço tubular objeto da Licença Prévia nº 399 (fl. 96). Solicitamos a Sra. Elza Maria Alves Bezerra que nos mostrasse o referido poço.

108. O poço tubular supracitado está localizado nas instalações da empresa Flamingo Combustíveis e Lubrificantes S/A.

109. Durante a visita *in loco*, fomos até o local e constatamos que o poço tubular está desativado, entretanto, não foi efetuada a obturação do mesmo (fl. 196), podendo, assim, ocorrer a contaminação do lençol freático.

110. Em conversa com a Gerente do Posto de Combustível ‘Flamingo Combustíveis e Lubrificantes S/A’, Sra. Sueli dos Santos Sá, fomos informados que a água utilizada na lavagem de veículos é proveniente de outro poço tubular situado nas instalações do Motel Flamingo.

111. Questionada sobre o atestado de vistoria do corpo de bombeiros e do registro do pedido de autorização para funcionamento na Agência Nacional de Petróleo -ANP, a Gerente do posto de combustível informou não possuir o documento fornecido pelo corpo de bombeiros, e que havia requerido a vistoria ao Corpo de Bombeiros Militar do DF, oportunidade em que a corporação agendou uma visita ao empreendimento no dia 8.10.08.



112. Em relação à autorização para funcionamento da ANP, verificamos, no documento constante no estabelecimento, que o mesmo encontra-se com prazo de validade expirado, sendo a sua emissão do ano de 2005.

113. Diante dos fatos relativos às suas atribuições, os servidores da ADASA lavraram o Relatório de Vistoria e Fiscalização nº 131/2008 – SFRH (fls. 193/197), com as seguintes recomendações:

a) notificação do usuário irregular para comparecer à ADASA para requerer a outorga de direito de uso de recursos hídricos subterrâneos; e

b) notificação do usuário para efetuar o tamponamento do poço tubular desativado.

114. No endereço – Setor de Postos e Motéis Norte – SPMN, EPIA, Lote 01, Conjunto “A”, BR 020, Sobradinho, funcionam 2 (dois) estabelecimentos: ‘Rafan Empreendimentos Imobiliários – Motel Colorado’ e ‘Gasol Combustíveis Automotivos Ltda.’

115. Cada estabelecimento possui um poço tubular (fls. 186 e 191).

116. Em conversa com o Sr. Lucas Mendes Germano da Silva, Gerente do Motel Colorado, fomos informados que o local é atendido por rede pública de abastecimento de água (fl. 191), bem como que a água do poço tubular é utilizada para consumo humano.

117. Informou, ainda, que a água do poço tubular é bombeada até a caixa d'água sendo misturada com a água da CAESB, e posteriormente distribuída para as unidades.

118. Os servidores da ADASA solicitaram ao mencionado Senhor a apresentação da outorga de uso de recursos hídricos, que autoriza a utilização da água subterrânea. O documento não foi exibido.

119. Conforme verificado no Processo nº 191.000.632/1996 (fl. 216), via Licença de Operação nº 174/2006 (fl. 135), a SEMARH autorizou a operação das obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário do Posto e Motel Colorado.

120. Indagamos ao Sr. Lucas Mendes Germano da Silva a respeito do sistema de esgotamento sanitário supracitado e fomos informados que o mesmo encontra-se desativado, haja vista que, desde início de 2008, o estabelecimento é atendido por rede pública coletora de esgoto.

121. Em conversa com o Sr. Lindovaldo Araújo Castro, Gerente do Posto de Combustível ‘Gasol Combustíveis Automotivos Ltda.’, fomos informados que a água do poço tubular é utilizada para lavagem de veículos.

122. Os servidores da ADASA solicitaram ao Gerente do posto o documento de outorga de uso de recursos hídricos, que autoriza a utilização da água subterrânea e o mesmo não foi apresentado.

123. Em decorrência dos fatos acima narrados, os servidores da ADASA lavraram os Relatórios de Vistoria e Notificação nos 129 e 130/2008 – SFRH, com a recomendação de:

a) emissão de termo de notificação visando determinar o comparecimento do usuário à ADASA para providenciar o requerimento da outorga de direito



de uso de recursos hídricos para o empreendimento Gasol Combustíveis Automotivos Ltda.; e

b) notificação do Motel Colorado para o cumprimento das seguintes determinações:

- separar as ligações de água da CAESB da rede de água do poço;
- obturar o poço tubular profundo utilizado no abastecimento de água do motel.

#### CONCLUSÕES

124. Conforme apontado na análise dos Processos nos 191.000.586/1997, 190.000.136/2004, 191.000.574/1997, 191.000.632/1996, 191.000.633/1996 e 190.000.537/2003, a outorga de direito de uso de água subterrânea não consta em nenhum dos processos verificados, e durante a visita aos empreendimentos, em companhia de técnicos da ADASA, os estabelecimentos não apresentaram o documento que autoriza a utilização de recursos hídricos por particulares.

125. Diante dos fatos, os técnicos da ADASA lavraram os Relatórios de Vistoria e Notificação nos 129, 130 e 131/2008 – SFRH, de 2.10.08, contendo recomendações para saneamento das irregularidades encontradas.

126. Assim, entendemos que o Tribunal possa determinar ao Presidente da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF, no prazo de 60 (sessenta) dias, que informe a esta Corte de Contas o deslinde das irregularidades apontadas nos Relatórios nos 129, 130 e 131/2008 – SFRH, alertando-o, que, conforme o artigo 12, § 1º, do Decreto 22.358, de 31.8.01, a utilização de água para o consumo humano (alimentação, higiene e limpeza), por meio de poços tubulares, somente é permitida a título precário, em locais não atendidos pela rede pública de abastecimento de água.

127. Quanto à cobrança pelo uso da água subterrânea informa-se que, mesmo diante da determinação legal nesse sentido, tal procedimento não foi implantado no Distrito Federal, cuja responsabilidade é do Conselho de Recursos Hídricos do DF, o qual deve ser diligenciado para estabelecer critérios gerais para a cobrança pelo uso de recursos hídricos.

128. Dessa forma, entendemos que o Tribunal possa determinar ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal que envide esforços para o cumprimento do disposto no artigo 32, inciso VII, da Lei nº 2.725, de 13.6.01, informando a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas para tal.

129. Cumpre ressaltar que tramita nesta Corte de Contas o Processo nº 9.701/2005, versando sobre a Representação nº 1/2005, do Ministério Público de Contas do DF, para que o Tribunal verificasse a denúncia jornalística sobre a contaminação de lençol freático com resíduo químico dos postos de gasolina do DF, por falta de adequação às normas de segurança ambiental.



130. Na última análise do Processo supracitado, ocorrida na Sessão Ordinária nº 4.159, de 10.04.08, via Decisão nº 1.617/2008, esta Corte de Contas deliberou:

‘(...)

III - determinar ao Presidente do Instituto Brasília Ambiental – IBRAM que adote urgentes medidas, no sentido de atender às sugestões do Informe Técnico nº 004/2007 – Gerência de Fiscalização, para que, em 180 (cento e oitenta) dias, seja apresentado ao Tribunal detalhado relatório da situação dos postos de combustíveis do Distrito Federal, incluindo relação de todos os estabelecimentos instalados, destacando aqueles em desconformidade com as normas, e as medidas adotadas pela fiscalização em cada caso específico, interdições e situações saneadas;’

131. Assim, as irregularidades relacionadas às concessões de licenças ambientais, tratadas nos Processos nos 191.000.574/1997, interessado: Flamingo Combustíveis e Lubrificantes, e 190.000.537/2003, interessado: Gasol Combustíveis Ltda., devem ser corrigidas pelo IBRAM e tratadas no Processo nº 9701/05, pois os autos versam sobre todos os postos de combustíveis do Distrito Federal, e aguarda cumprimento de diligência pelo Instituto.

132. Finalmente, conforme apontado nos §§ 54/62 e 72/85 desta instrução (fls. 214/216 e 217/219), verificamos a ocorrência de irregularidades ocorridas nos licenciamentos ambientais das empresas Flamingo Combustíveis e Lubrificantes S/A., Processo nº 191.000.574/1997, e Gasol Combustíveis Automotivos Ltda., Processo nº 191.000.537/2003, que, em tese, caracterizam o crime previsto no artigo 66, da Lei nº 9.605/98.

133. Entendemos que o Tribunal possa determinar, ao Presidente do IBRAM, a instauração de procedimento administrativo disciplinar, nos termos do artigo nº 143, da Lei nº 8.112, de 11.12.90, no que couber, com o intuito de apurar as responsabilidades dos servidores que continuam em exercício no Governo do Distrito Federal, pelas suas atuações nas irregularidades supracitadas.

A Inspetoria apresenta a proposta de fls. 226/228, no sentido de  
que o Tribunal:

I - tome conhecimento:

a) das Representações nºs 10/2004 – DA (fls. 01/06), 06/2005 – DA (fls. 07/17) e 07/2005 – DA (fls. 18/28) e dos demais documentos constantes nos Autos (fls. 29/200);

b) da inspeção realizada;

II - determine ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal que envide esforços para o cumprimento do disposto no artigo 32, inciso VII, da Lei nº 2.725, de 13.6.01, informando a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas para tal;

III - determine ao Presidente da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF, no prazo de 60 (sessenta)



dias, que informe a esta Corte de Contas o deslinde das irregularidades apontadas nos Relatórios nºs 129, 130 e 131/2008 – SFRH, referentes aos seguintes empreendimentos: 'Flamingo Hotéis e Turismo Ltda. - Motel Flamingo' e 'Flamingo Combustíveis e Lubrificantes S/A', estabelecidos no Setor de Postos e Motéis Norte – SPMN, EPIA, Lote 4, BR 020, Sobradinho; 'Gasol Combustíveis Automotivos' e "Rafan Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Motel Colorado", localizados no Setor de Postos e Motéis Norte – SPMN, EPIA, Lote 01, Conjunto 'A', BR 020, Sobradinho, alertando-o que, conforme o artigo 12, § 1º, do Decreto 22.358, de 31.8.01, a utilização de água para o consumo humano (alimentação, higiene e limpeza), por meio de poços tubulares, somente é permitida a título precário, em locais não atendidos pela rede pública de abastecimento de água;

IV - determine ao Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM que:

a) instaure procedimento administrativo disciplinar, nos termos do artigo nº 143, da Lei nº 8.112, de 11.12.90, no que couber, com o intuito de apurar as responsabilidades dos servidores que continuam em exercício no Governo do Distrito Federal, pelas suas atuações nas irregularidades apontadas na Informação nº 132/2008 – 3ª ICE/Divisão de Acompanhamento - §§ 54/62 (fls. 214/216) e 72/85 (fls. 217/219), ocorridas nos licenciamentos ambientais das empresas: Flamingo Combustíveis e Lubrificantes S/A., Processo nº 191.000.574/1997, e Gasol Combustíveis Automotivos Ltda., Processo nº 191.000.537/2003, respectivamente;

b) no prazo de 60 (sessenta) dias, informe a esta Corte de Contas:

1. as medidas administrativas adotadas para o saneamento das irregularidades ocorridas nos Processos nºs 191.000.574/1997 e 190.000.537/2003, indicadas nos §§ 54/62, 72/85 e 93/95, da Informação nº 132/2008 – 3ª ICE/Divisão de Acompanhamento (fls. 201/228);

2. o cumprimento, pela compromitente, das obrigações constantes nos itens '2; 3; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13 e 14', da Cláusula Primeira do Termo de Responsabilidade Técnica e Compromisso nº 014/2007, celebrado com a empresa Gasol Combustíveis Automotivos Ltda., estabelecida no Setor de Postos e Motéis Norte – SPMN, Lote 01, Conjunto 'A', EPIA, Sobradinho, encaminhando ao TCDF a documentação comprobatória de sua efetivação;

V - comunique ao Procurador do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Demóstenes Tres Albuquerque, o resultado da inspeção realizada;

VI - autorize:

a) o acompanhamento do cumprimento pelo IBRAM, das determinações sugeridas no item IV, no Processo nº 9.701/2005 pela similaridade do objeto;

b) o encaminhamento de cópia:

1. da Informação nº 132/2008 – 3ª ICE/Divisão de Acompanhamento (fls. 201/228) ao Presidente da Agência de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, ao Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA;



2. dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, diante da prática, em tese, de crimes ambientais nos Processos nºs 191.000.574/1997 e 190.000.537/2003, relativos a licenciamento ambiental;

c) o retorno dos autos à 3ª ICE para a adoção das providências necessárias.

O Ministério Público põe-se de acordo, pugnando, em acréscimo, que seja determinado à CAESB que informe o andamento da efetiva execução das obras de infraestruturas indicadas no TAC nº 2/2007, relacionadas à implantação de água, indicando o respectivo cronograma de implantação.

É o relatório.



## VOTO

As representações do Ministério Público levantam a necessidade de se aferir a regularidade da utilização do patrimônio hídrico do Distrito Federal, especialmente o de origem subterrânea, que, em seu entendimento, deve submeter-se ao que dispõe o art. 19 da Lei nº 2.725, de 13 de junho de 2001, que determina a cobrança pelo seu uso.

De fato, dos autos, constata-se que o uso dos recursos hídricos ainda é feito gratuitamente, o que ampara o mérito das representações do Ministério Público, bem como a proposta de questionamento feita pela instrução. No tocante a essa matéria, parece-me que a inércia do GDF em cobrar as tarifas de exploração dos veios aquíferos poderia configurar uma espécie de benefício fiscal, que, a teor do art. 131 da Lei Orgânica do Distrito Federal, somente poderia ser concedido mediante lei.

Por outro lado, há notícia de que vários empreendimentos comerciais, especialmente postos de combustíveis, têm utilizado a água subterrânea de forma irregular, o que sustenta as propostas contidas nos itens III e IV de fls. 226/227.

A ICE propõe que, entre outras medidas:

- a ADASA informe a esta Corte o deslinde das irregularidades apontadas nos Relatórios nºs 129, 130 e 131/2008 – SFRH;
- o IBRAM instaure procedimento administrativo disciplinar para apurar a responsabilidade pelas irregularidades ocorridas nos licenciamentos ambientais das empresas: Flamingo Combustíveis e Lubrificantes S/A, Processo nº 191.000.574/97, e Gasol Combustíveis Automotivos Ltda., Processo nº 191.000.537/03, respectivamente, bem como informe as medidas administrativas adotadas para o saneamento dessas irregularidades, além do cumprimento



de obrigações constantes do Termo de Responsabilidade Técnica e Compromisso nº 014/2007;

- seja feita a remessa de cópia dos autos ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, diante da prática, em tese, de crimes ambientais.

Tenho manifestado reiteradamente meu posicionamento no sentido de que falece a esta Corte competência para determinar aos seus jurisdicionados a instauração de processo disciplinar, que é matéria *interna corporis* da Administração. De fato, tal competência não está inscrita entre aquelas indicadas no art. 1º da Lei Complementar nº 1/94.

Sob esse aspecto, acredito que se aplica ao Tribunal de Contas o entendimento doutrinário de que ao Poder Judiciário só seria legítimo apreciar se o ato punitivo é ou não legal, isto é, se estaria de acordo com a legislação ou não, mas de forma alguma questionar quanto à sua oportunidade ou conveniência. É certo que a instauração de processo disciplinar depende de considerações pessoais da autoridade pública quanto à real necessidade de exame do fato punível e a respectiva aplicação de penalidade. Nessa hipótese, poderia ele considerar que o fato é pouco significativo ou que teria sido motivado por fatores externos ou meramente estruturais, por exemplo. Esse sentir, próprio de quem vive no interior da Administração, não poderia ser adequadamente compreendido pelo Controle Externo e isso, certamente, tornaria um risco interferir no processo de decisão quanto à necessidade do processo disciplinar.

Maria Sylvia Zanella di Pietro<sup>1</sup>, a respeito dos atos administrativos com teor discricionário, afirma que eles se sujeitam à apreciação pelo Judiciário, "[...] desde que não se invadam os aspectos reservados à apreciação subjetiva da Administração Pública, conhecidos sob a denominação de mérito (oportunidade e conveniência)".

Nesse mesmo sentido, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, conforme se depreende do julgamento do RMS nº 1.288-0/SP, *in verbis*:

É defeso ao Poder Judiciário apreciar o mérito do ato administrativo, cabendo-lhe unicamente examiná-lo sob o aspecto de sua legalidade, isto é, se foi praticado conforme ou contrariamente à lei. Esta solução se funda no princípio da separação dos poderes, de sorte que a verificação das razões de conveniência ou de oportunidade dos atos administrativos escapa ao controle jurisdicional do Estado.

Por outro lado, tenho, em regra, entendimento restrito quanto a proceder à remessa de peças ao Ministério Público, sem ao menos conhecer os

<sup>1</sup> DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 19. ed. São Paulo, SP : Atlas, 2006, p. 711.



esclarecimentos prestados pelos órgãos jurisdicionados, providência que poderá vir a se realizar em outra oportunidade. Além disso, no caso em apreço, as falhas nos processos podem ter se sustentado em decisões técnicas ou político-administrativas, ainda que equivocadas, e isso de modo algum poderia caracterizar crime, mas simples erro administrativo decorrente da própria falibilidade humana e da complexidade da interpretação das leis. Daí a necessidade de, previamente, avaliar as justificativas a serem apresentadas.

De resto, ponho-me parcialmente de acordo com a análise do corpo técnico do Tribunal e do Ministério Público.

Em face do exposto, VOTO no sentido de que o eg. Plenário:

I - tome conhecimento:

a) das Representações nºs 10/2004 – DA, 06/2005 – DA e 07/2005 – DA e dos demais documentos constantes nos Autos;

b) da inspeção realizada;

II - determine ao Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal que envie esforços para o cumprimento do disposto no art. 32, inciso VII, da Lei nº 2.725/01, informando a esta Corte de Contas, no prazo de 60 (sessenta) dias, as medidas adotadas;

III - determine ao Presidente da Agência Reguladora de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA/DF que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe a esta Corte de Contas o deslinde das irregularidades apontadas nos Relatórios nºs 129, 130 e 131/2008 – SFRH, referentes aos seguintes empreendimentos: “Flamingo Hotéis e Turismo Ltda. - Motel Flamingo” e “Flamingo Combustíveis e Lubrificantes S/A”, estabelecidos no Setor de Postos e Motéis Norte – SPMN, EPIA, Lote 4, BR 020, Sobradinho; “Gasol Combustíveis Automotivos” e “Rafan Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Motel Colorado”, localizados no Setor de Postos e Motéis Norte – SPM/N, EPIA, Lote 01, Conjunto “A”, BR 020, Sobradinho, alertando-o que, conforme o art. 12, § 1º, do Decreto nº 22.358/01, a utilização de água para o consumo humano (alimentação, higiene e limpeza), por meio de poços tubulares, somente é permitida a título precário, em locais não atendidos pela rede pública de abastecimento de água;

IV - determine ao Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM que, no prazo de 60 (sessenta) dias, informe a esta Corte de Contas:



a) as medidas administrativas adotadas para o saneamento das irregularidades ocorridas nos Processos nºs 191.000.574/97 e 190.000.537/03, indicadas nos parágrafos 54/62, 72/85 e 93/95, da Informação nº 132/2008 – 3ª ICE/Divisão de Acompanhamento (fls. 201/228);

b) o cumprimento, pela compromitente, das obrigações constantes nos itens “2; 3; 5; 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13 e 14”, da Cláusula Primeira do Termo de Responsabilidade Técnica e Compromisso nº 014/2007, celebrado com a empresa Gasol Combustíveis Automotivos Ltda., estabelecida no Setor de Postos e Motéis Norte – SPMN, Lote 01, Conjunto “A”, EPIA, Sobradinho, encaminhando ao TCDF a documentação comprobatória de sua efetivação;

V - comunique ao Procurador do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, Demóstenes Tres Albuquerque, o resultado da inspeção realizada;

VI - autorize:

a) o acompanhamento do cumprimento pelo IBRAM, das determinações sugeridas no item IV, no Processo nº 9.701/05, tendo em vista a similaridade do objeto;

b) o encaminhamento de cópia da Informação nº 132/2008 – 3ª ICE/Divisão de Acompanhamento (fls. 201/228) ao Presidente da Agência de Águas e Saneamento do Distrito Federal – ADASA, ao Presidente do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – IBRAM e ao Secretário de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SEDUMA;

c) o retorno dos autos à 3ª ICE para a adoção das providências necessárias.

Sala das Sessões, 3 de fevereiro de 2009.

**ANILCÉIA MACHADO**  
Conselheira-Relatora